



**LEI N.º 1.443, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2010.**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, órgão permanente do Poder Executivo, paritário, consultivo e deliberativo nas suas questões internas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social é instituído em conformidade com as disposições desta Lei, visando possibilitar o desenvolvimento e o exercício dos direitos civis e humanos das pessoas com deficiência no Município.

**CAPÍTULO II – DA COMPETÊNCIA**

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

- I – estabelecer diretrizes e princípios que visem à implementação dos programas municipais de apoio às pessoas com deficiência, em busca de integração social, igualdade de direitos e participação plena na sociedade da pessoa portadora de deficiência, propondo tais medidas ao Poder Executivo;
- II – desenvolver estudos, debates, pesquisas, projetos e atividades concernentes à política municipal de atenção à pessoa com deficiência;
- III – auxiliar o Poder Executivo na implementação e no desenvolvimento da política municipal de atenção à pessoa com deficiência, emitindo pareceres e elaborando e acompanhando os programas de governo;
- IV – propor ao Poder Executivo medidas que assegurem o cumprimento das disposições constantes na presente Lei;
- V – propor medidas de defesa dos direitos das pessoas portadores de deficiência, em busca de suas plenas inserções na vida sócio-econômica, política e cultural do Município e da eliminação da discriminação;
- VI – cadastrar, apoiar e auxiliar as entidades que, no âmbito municipal, desempenham atividades relacionadas à matéria;





VII – fiscalizar e acompanhar a execução de projetos e programas de apoio às pessoas com deficiência desenvolvidos por entidades civis organizadas com apoio ou recursos do Poder Executivo;

VIII – organizar, incentivar e apoiar campanhas de conscientização ou programas educativos dirigidos à sociedade em geral sobre as potencialidades das pessoas portadoras de deficiência e seus direitos inalienáveis;

IX – promover, estimular e apoiar a organização e a mobilização das pessoas portadoras de deficiência e das comunidades interessadas em tal problemática;

X – manifestar-se quando as pessoas portadores de deficiência tiverem seus direitos violados ou forem vítimas de discriminação, bem como sair em sua defesa, através dos meios legais necessários;

XI – elaborar e aprovar o seu regimento interno;

XII – dar publicidade aos seus atos;

XIII – eleger o Presidente e os demais cargos previstos em seu regimento interno;

XIV – manifestar-se sobre quaisquer assuntos pertinentes aos direitos da pessoa com deficiência em Nova Xavantina – MT.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados os Poderes Executivo e Legislativo quanto aos resultados de suas ações.

### **CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**Art. 3º** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é composto por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, na seguinte conformidade:

I – 08 (oito) representantes do Poder Executivo:

- a. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- c. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo;
- d. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer;
- e. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças;
- f. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Saúde;
- g. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- h. 01 (um) integrante da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Vias Públicas.





Estado de Mato Grosso  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA - MT  
Administração 2009/2012  
CNPJ 15 024 045/0001-73



II – 08 (oito) representantes da sociedade civil, considerando-se a representatividade dos segmentos organizados no Município:

- a. 02 (dois) integrantes de entidades prestadoras de serviços às pessoas com deficiência;
- b. 03 (três) integrantes de entidades de assistência social ou entidades de defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- c. 03 (três) integrantes de entidades de classe escolhidos, preferencialmente, entre representantes da OAB, CREA, sindicato dos Empregados e Sindicato dos Empregadores.

§ 1º. Os representantes da sociedade civil serão indicados por critérios próprios, realizada eleição para os segmentos que congreguem mais de uma entidade.

§ 2º. A função dos conselheiros, honorífica e não remunerada, é considerada de relevante interesse público.

§ 3º. Os conselheiros, cujas nomeações serão realizadas pelo Prefeito, mediante edição de Decreto, após a indicação dos representantes pelos respectivos órgãos, terão mandato de dois anos, permitida uma recondução consecutiva.

**Art. 4º** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência poderá contar com a participação de consultores, a serem indicados pelo Presidente, sempre que se faça necessário, em função da peculiaridade dos temas em desenvolvimento.

**Art. 5º** O detalhamento da organização e da composição do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência será objeto de seu Regimento Interno, não podendo exceder as disposições oriundas desta Lei.

§ 1º. A Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é constituída pelos seguintes cargos:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Primeiro Secretário;
- IV – Segundo Secretário.

§ 2º. Os membros da Mesa Diretora serão escolhidos através de eleição interna e possuirão mandato de dois anos.



**Art. 6º** O Regimento Interno, que será objeto de Resolução, contemplará os mecanismos que garantirão o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Art. 7º** As reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência serão realizadas mensalmente.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias ocorrerão sempre que convocadas pelo Presidente ou por cinco membros, respeitada a antecedência mínima de 24 horas.


#### **CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento.

**Art. 9º** Fica revogada em todos os seus termos a Lei Municipal n.º 1.388, de 08 de outubro de 2009.

**Art. 10.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 22 de fevereiro de 2010.

  
**GERCINO CAETANO ROSA**  
Prefeito Municipal

NOVA  
XAVANTINA  
Trabalhando para todos  
Adm. 2009 / 2012